



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Curso

Comunicação Social

Ano Lectivo

2006 / 2007

### Ficha da Disciplina

Unidade Curricular

Ciência Política e Direito Constitucional

Créditos ECTS

-

Ano	1º	Carga horária semanal		
Natureza	Anual	Teórica	Teórico-Prática	Prática
		2h	-	-

Área Científica

-

Classificação curricular

Obrigatória

Tipo de aulas	Nome do Docente	Habilitações	Categoria
Teóricas	Manuel Monteiro	Mestre em Ciência Política	Equiparado a Prof. Coordenador
Teórico-Práticas	-	-	-
Práticas	-	-	-

Docente Responsável

Manuel Monteiro

### Objectivos

A Política, enquanto actividade de pessoas, feita por pessoas e para as pessoas, está em constante mudança. Nem sempre pelos melhores motivos é certo, mas essa mudança não pode ser ignorada. Independentemente dos conceitos, dos valores, dos fins, que se colocam nesta mesma actividade, ao *cientista político*, tal como ao estudante do fenómeno político, interessa mais a análise dos factos e respectivas causas, do que a fundamentação teleológica dos mesmos. Não se depreenda do exposto, que a Ciência Política é alheia aos fins e que só se preocupa com os meios. Nada mais errado. O que queremos dizer é que no âmbito da disciplina de Ciência Política nos devemos colocar na posição do médico, que diagnostica o problema, que entende a razão para a sua existência e que percebe quais as consequências que dele advirão ou poderão advir. Ora se na História das Ideias Políticas estudamos as IDEIAS, as DOCTRINAS, as TEORIAS, aqui teremos de perceber como se comporta o Homem nas suas relações de *poder*, seja no domínio da sua conquista, seja no domínio do seu exercício e manutenção.

Mas esta disciplina, que em rigor é mais uma Introdução à Ciência Política e ao Direito Constitucional, procura também dotar o futuro licenciado em Comunicação Social, de conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento do Estado e dos seus órgãos. E é aqui que

começamos a falar de Direito Constitucional. Compreende –se que assim seja. Afinal como pode um futuro jornalista informar o seu público, sobre esta ou aquela atitude do Parlamento, dos Grupos Parlamentares, do Governo ou do Presidente da República, se não souber o que são estes órgãos, quem pode a eles pertencer, quais as suas competências e qual o tipo de relações que estabelecem entre si? Significa isto que esta disciplina não é, ao contrário do que muitos precipitadamente julgam, fundamentalmente teórica. Ao longo do ano lectivo os alunos serão confrontados com casos práticos, associados à própria vivência política do momento. Com isso transmitimos conhecimentos, adquirimos informação e reforçamos a formação dos estudantes.

## **Programa Previsto**

### **1. A CIÊNCIA POLÍTICA**

1. O que é a Política?
  - 1.1. A polis e a sociedade política
  - 1.2. O facto político
2. O que é a Ciência Política?
  - 2.1. Algumas noções de Ciência Política
  - 2.2. A Ciência Política perante o Direito Constitucional

### **2. O Objecto da Ciência Política**

- 2.1. O Poder
  - 2.1.1. O que é o Poder?
  - 2.1.2. Origens e natureza do Poder.
  - 2.1.3. Poder e legitimidade
  - 2.1.4. Poder e autoridade
- 2.2. Algumas Formas de Poder
  - 2.2.1. Sedes *tradicionais* e *modernas* de Poder

### **3. O ESTADO enquanto sede tradicional do Poder**

- 3.1. O que é o Estado?
  - 3.1.1. Origem do Estado
  - 3.1.2. O Estado e o Povo
  - 3.1.3. O Estado e o Território
  - 3.1.4. O Estado e o Poder Político
  - 3.1.5. O Estado e a Nação
  - 3.1.6. O Estado e a População
  - 3.1.7. O Estado perante outros Estados (breve análise)
- 3.2. A Soberania
  - 3.2.1. Soberania popular e Soberania nacional
  - 3.2.2. Soberania e Cidadania
  - 3.2.3. Soberania, *partilha* de soberania, *transferência* de soberania
- 3.3. Órgãos, Fins e Funções do Estado
  - 3.3.1. Classificação e categorias
    - 3.3.1.2. Órgãos de governo
  - 3.3.2. Fins do Estado (que *fins* para o Estado?)
- 3.4. Formas de Estado
  - 3.4.1. O Estado unitário
  - 3.4.2. Estado unitário centralizado

### 3.4.3. Estado unitário regional

## 3.5. A Forma composta de Estado

### 3.5.1. A Federação de Estados

### 3.5.2. A União Real

## 3.6. A Confederação de Estados

# 4. Outras Sedes de Poder

## 4.1. Sedes de Poder

### 4.1.1. Partidos Políticos

### 4.1.2. Comunicação Social

### 4.1.3. Multi – Nacionais

### 4.1.4. Sindicatos

### 4.1.5. Grupos sociais de pressão (grupos *ad hoc*)

### 4.1.6. Terrorismo

## 4.2. A Estrutura do Poder

### 4.2.1. Quem exerce o poder?

### 4.2.2. As *elites* e o acesso ao poder

# 5. DIREITO CONSTITUCIONAL

## 5.1. O que é o Direito Constitucional?

### 5.1.1. O surgimento do direito constitucional no Séc. XVIII

### 5.1.2. A 1ª Constituição escrita

## 5.2. A elaboração da Constituição

### 5.2.1. O Poder Constituinte

### 5.2.2. O Povo enquanto legítimo titular do poder constituinte

### 5.2.3. O Poder constituído

# 6. CONSTITUIÇÃO E O ESTADO

## 6.1. A Constituição

### 6.1.1. A constituição enquanto estatuto jurídico do político

### 6.1.2. A constituição material

### 6.1.3. A constituição formal

## 6.2. A Constituição e o Estado de direito democrático

## 6.3. O Estado de direito

## 6.4. O Estado de direito democrático constitucional

# 7. A Constituição de 1976

## 7.1. A Revolução de Abril e o Pacto MFA – Partidos

## 7.2. O Conselho da Revolução

## 7.3. As principais características da Constituição de 1976

## 7.4. O sistema político na Constituição de 1976

## 7.5. A Revisão Constitucional

### 7.5.1. As revisões à Constituição de 1976 (*principais características*)

# 8. A Constituição Portuguesa, o Direito Internacional e a União Europeia

## 8.1. A Constituição perante o direito internacional

## 8.2. A Constituição e os Tratados Comunitários

## Bibliografia

## Sobre a Política e a Ciência Política

### 1. Manuais de Estudo

- BRAUD (Philippe), *Science Politique*, 2 Vols., Paris, Éditions du Seuil, 1997.
- CAETANO (Marcello), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomos I e II, 6ª ed., Lisboa, Coimbra Editora, 1972. \*
- DELLA PORTA, (Donatella), *Introdução à Ciência Política*, Lisboa, Editorial Estampa, 2003.
- DUVERGER (Maurice), *Ciência Política*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- MALTEZ (José Adelino), *Princípios de Ciência Política – Introdução à Teoria Política*, Lisboa, ISCSP, 1996.
- MOREIRA (Adriano), *Ciência Política*, Coimbra, Almedina, 1997. \*

### 2. Livros Temáticos e Especializados

- ALMOND (Gabriel) e POWELL Jr. (G. Birgham), *Política Comparata*, Bologna, Il Mulino, 1988.
- ARBLASTER (Anthony), *A Democracia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- ARISTÓTELES, *Tratado da Política*, Lisboa, Europa América, 1977.
- BESSA (António Marques) e PINTO (Jaime Nogueira), *Introdução à Política*, Vols. 1 e 2, Lisboa, Editorial Verbo, 1999.
- CANAS (Vitalino), *Preliminares do Estudo da Ciência Política*, Macau, Publicações O Direito, 1992. \*
- DE JOUVENEL (Bertrand), *Du Pouvoir*, Paris, Hachette Littératures, 1972.
- DUVERGER (Maurice), *Introduction à la Politique*, Paris, Editions Gallimard, 1964.
- DUVERGER (Maurice), *Les Regimes Politiques*, Paris, PUF; 1971.
- HOBBS (Thomas), *Leviatã*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- LAPIERRE (Jean William), *A Análise dos Sistemas Políticos*, Lisboa, Edições Rolim.
- LOCKE (John), *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos*, Petrópolis, Vozes, 1994.
- MAQUIAVEL (Nicolau), *O Príncipe*, Lisboa, Guimarães Editores, 1990.
- MINOGUE (Kenneth), *Política – o essencial*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- MONTESQUIEU (Charles de Secondat, Baron de), *O Espírito das Leis*, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- PASQUINO (Gianfranco), *La classe política*, Bologna, Il Mulino, 1999.
- PIRES (Francisco Lucas), *Introdução à Ciência Política*, Porto, Coimbra Editora, 1998.
- ROGEIRO (Nuno), *o que é Política*, Lisboa, Quimera, 2002

### 3. Algumas Obras de Referência Geral e Especializada

- ALTHUSSER (Louis), *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- BERNARDI (Bruno), *La Démocratie*, Paris, Flammarion, 1999.
- BODIN (Jean), *Les Six Livres de la République*, Paris, Édition de Gérard Mairet, Librairie Générale Française, 1993.
- FABRE (Simone Goyard), *L'État*, Paris, Armand-Colin, 1999.
- FREDERICO da Prússia, *O Anti-Maquiavel*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 2000.
- HUNTINGTON (Samuel P.), *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- MORUS (Tomás), *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1996.
- OZER (Atila), *L'État*, Paris, Flammarion, 1998.
- SARTORI (Giovanni), *Democrazia cosa è*, 5ª ed., Superbur Saggi, 2000.
- SCHULZE (Hagen), *Estado e Nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

## Sobre o Direito Constitucional

### 1. Manuais de Estudo

- CANOTILHO (J.J. Gomes), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1999. \*
- FAVOREU (Louis), coord., *Droit Constitutionnel*, Paris, Dalloz, 1998.
- MIRANDA (Jorge), *Manual de Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Tomos I a V, 1997.

### 2. Livros Temáticos e Especializados

- DE SOUSA (Marcelo Rebelo) e ALEXANDRINO (José de Melo), *Constituição da República Portuguesa Comentada*, Lisboa, LEX, 2000.
- DE SOUSA (Marcelo Rebelo), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.
- FROMONT (Michel), *La Justice Constitutionnelle dans le Monde*, Paris, Dalloz, 1996.
- GREWE (Constance) e OBERDORFF (Henri), *Les Constitutions des États de l'Union Européenne*, Paris, La Documentation Française, 1999.
- MIRANDA (Jorge), *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, Vol. I e II, Lisboa, Coleção de Estudos Portugueses, Edições da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1978.
- ROGEIRO (Nuno), *Constituição dos E.U.A. – Anotada e seguida de Estudo sobre o Sistema Constitucional dos Estados Unidos*, Lisboa, Gradiva, 1993.

### 3. Textos

- TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, *Legitimidade e Legitimação da Justiça Constitucional*, Coimbra Editora, 1995.

### 4. Algumas Obras de Referência Geral e Especializada

- BURDEAU (Georges), *Traité de Science Politique*, 7 Vols., Paris, 1966-1977.
- CANOTILHO (J.J. Gomes) e MOREIRA (Vital), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3ª ed., Coimbra, 1993.
- DA CUNHA (Paulo Ferreira), *Constituição, Direito e Utopia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1996.
- DE SOUSA (Marcelo), *Direito Constitucional, I – Introdução à Teoria da Constituição*, Braga, 1979.
- MIRANDA (Jorge), *Ideias para uma Revisão Constitucional em 1996*, Lisboa, 1996.
- RODRIGUES (Luís Barbosa), *O Referendo Português a Nível Nacional*, Lisboa, 1994.
- SCHMITT, (Carl),  
*Teoría de la Constitución*, 2ª reimp., Madrid, Alianza Editorial, S.A.
- VIEIRA DE ANDRADE (José Carlos), *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 1983-reimp., Coimbra, 1998

- (Leitura obrigatória)

### **Critérios de avaliação**

Avaliação Periódica	A avaliação periódica contemplará a realização de duas provas de Frequência. A passagem na disciplina implica a obtenção mínima de uma média de 10 valores, resultante das notas obtidas nas referidas provas. A obtenção numa frequência de uma nota inferior a 8 valores, conduz o aluno à realização de um exame final.
Avaliação Final	A avaliação final consta da realização de um Exame escrito, sendo necessária a nota mínima de 10 valores para a aprovação na disciplina.

### **Horário de Tutoria**

<b>Dia</b>	<b>Horário</b>	<b>Local</b>
3ª feira	9h00 às 10h00	Gabinete de CS